



43 apresentou com ênfase em sua formação acadêmica, explanando então sobre o  
44 trabalho de monitoramento dos animais atropelados desde 2014, o levantamento  
45 de fauna de Araraquara e a recente conclusão do projeto arquitetônico da ponte  
46 para travessia de animais junto à Secretaria de Obras da Prefeitura.

47 Em seguida, Jader parabenizou João Barbosa pela apresentação,  
48 pontuou sobre a importância do projeto, fez cobranças com relação a serviços  
49 de manutenção na região – trecho da Rodovia Nelson Barbieri localizado no  
50 bairro Jardim Indaiá – e sugeriu encaminhar o “estado das artes” ao ministério  
51 público.

52 Dando continuidade, Wando abriu a oportunidade para João Barbosa  
53 novamente, que respondeu a Jader que o projeto já havia sido encaminhado ao  
54 Ministério Público, e o mesmo ainda não havia se manifestado, finalizando sua  
55 fala agradecendo as pontuações. Aproveitando as colocações de Jader sobre  
56 manutenção, sinalizações e radar no trecho supra citado, Wando solicitou à  
57 vereadora que fizesse indicação destas matérias ao poder executivo, caso não  
58 tivesse feito ainda, e em seguida passou a palavra à conselheira Flávia, que  
59 discorreu sobre a necessidade da participação da comunidade no tocante ao  
60 monitoramento dos animais, reiterando seu desejo de que os trabalhos no local  
61 se realizem. Com a palavra novamente, João agradeceu e ressaltou que estas  
62 observações são importantes, reconhecendo que a educação ambiental está a  
63 quem do esperado, mas que pretende envolver a comunidade neste trabalho.

64 Dando continuidade, Wando passou a palavra à vereadora Filipa, que  
65 iniciou sua fala agradecendo o Conselho pela oportunidade, destacando que  
66 todos os assuntos devem ser discutidos em Conselhos, pois isto agrega  
67 legitimidade aos mesmos. Sobre as demandas do conselheiro Jader, Filipa  
68 informou que havia estado recentemente nas adjacências, verificando o descarte  
69 irregular de resíduos da construção civil e também captação irregular de água  
70 do ribeirão do Lajeado, e como resultado desta vistoria já havia sido feita  
71 indicação ao executivo, fato que desencadearia a seguir um posicionamento da  
72 SMMAS. Filipa pontuou também que participou na mesma semana de reunião  
73 com o secretário de obras, onde foi informado que as obras de manutenção e  
74 reparo da entrada do referido bairro seriam realizadas na semana seguinte.  
75 Antes de conduzir para a pauta 1, o presidente Wando agradeceu os esforços  
76 dos vereadores para atender as demandas do bairro e aproveitou também para  
77 convocar João Barbosa a apresentar uma pauta completa sobre o projeto da  
78 ponte para travessia de animais em uma próxima ocasião. Dando continuidade,  
79 Filipa iniciou sua apresentação explanando que o projeto “Adote uma nascente”  
80 deriva do projeto “Abraça uma nascente” que é praticado na cidade de São  
81 Paulo, porém com diretrizes mais brandas. Filipa então explanou que o programa  
82 Adote uma nascente consiste em incentivar a proteção de recursos hídricos por  
83 meio da identificação, cadastro e compromisso de proteção das nascentes.  
84 Tendo em vista a deficiência das diretrizes de ensino para com a educação  
85 ambiental e também as dificuldades do poder público em recuperar e manter o  
86 estado de conservação das nascentes, o projeto vem suprir estas deficiências

87 através de abrir a possibilidade de ONGs, pessoas físicas e também empresas  
88 pudessem se comprometer a realizar esta recuperação, manutenção e  
89 benfeitorias nas nascentes, configurando assim uma adoção. Filipa destacou  
90 também que o projeto não prevê o uso indiscriminado da área ao redor da  
91 nascente, e que este uso baseia – se na legislação federal.

92 Wando então passou a palavra ao conselheiro João Barbosa, que teceu  
93 elogios ao projeto, mas apontou que algumas áreas de proteção permanente  
94 (APPs) ao redor das nascentes já estavam vinculadas a termos de compromisso  
95 de recuperação ambiental (TCRAs), e, portanto, seria necessário um viés jurídico  
96 mais detalhado para evitar sobreposição de ações. João Barbosa ainda levantou  
97 a questão de que o projeto poderia também avaliar a possibilidade de incluir o  
98 pagamento por serviços ambientais, visto que isto atende diretiva do programa  
99 Município VerdeAzul (PMVA), além de contemplar nascentes nas áreas rurais  
100 de Araraquara. Ainda com a palavra, João Barbosa ainda mencionou o plano  
101 municipal de educação ambiental e sugeriu que quanto à educação ambiental,  
102 existe um conselho próprio composto por membros da SMMAS e também da  
103 educação, e que este poderia contribuir também com os pontos do projeto  
104 relacionados a este tema específico. Dando continuidade, Wando passou a  
105 palavra novamente à Filipa, que agradeceu as contribuições e destacou  
106 novamente que seu objetivo seria enriquecer o projeto através destas  
107 pontuações. Ana então pontuou que a iniciativa era maravilhosa e também  
108 reforçou a fala do conselheiro João Barbosa sobre pagamento por serviços  
109 ambientais, salientando também que a legislação é relativamente recente, e que  
110 este projeto só tem a acrescentar.

111 Neste momento Wando passou a palavra a Jader, que parabenizou a  
112 vereadora e os colegas e lembrou que as ações de educação ambiental são  
113 passíveis de serem financiadas com recursos do Fundo de Defesa do Meio  
114 Ambiente, destacando ainda que a questão de pagamento por serviços  
115 ambientais merece uma pauta exclusiva para tratar mais detalhadamente sobre,  
116 além de lembrar sobre os loteamentos que não passam por apreciação prévia  
117 do Conselho, assunto que já foi pauta de reuniões passadas. O presidente então  
118 passou a palavra ao conselheiro Marcelo, que parabenizou o projeto discorrendo  
119 em seguida que apesar de o plano de educação do MEC contemplar educação  
120 ambiental, esta abrange aspectos teóricos apenas, e que o projeto vem  
121 complementar de uma forma conveniente esta deficiência, explanando ainda que  
122 apesar de a maior parte das nascentes se localizarem nas áreas rurais, é  
123 perfeitamente possível fazer um trabalho contínuo de educação ambiental com  
124 as nascentes urbanas.

125 Wando então ressaltou a importância da participação dos conselhos na  
126 construção deste tipo de projeto e também apontou os registros que havia feito  
127 por meio das falas dos colegas e que julgava mais importantes, sendo eles:  
128 atentar para a sobreposição de áreas onde já exista determinação legal; fazer a  
129 inclusão de pagamento por serviços ambientais (PSA) ao projeto e também  
130 articular o convite de um especialista para participar de pauta futura sobre PSA.

131 Wando também salientou novamente que o Fundo de Desenvolvimento  
132 Ambiental (FDA) contempla o financiamento ações de educação ambiental,  
133 apesar de o projeto prever recursos de terceiros, além de pontuar que a SMMAS  
134 possui grande importância no sentido de dar subsídio aos interessados em fazer  
135 parte do projeto com informações de como aderir, além de informar a situação  
136 atual das nascentes e os serviços necessários à sua adequada recuperação.

137 Neste momento, Jader tomou a palavra para discorrer sobre a política  
138 ESG (Ambiental, Social e Governança na sigla em inglês) das empresas, e que  
139 esta pode servir de fator agregador, mas também punitivo frente aos bancos e  
140 neste sentido, pediu ajuda à vereadora Filipa na divulgação de informações  
141 prévias sobre empresas que desejam se instalar no município, a fim de que elas  
142 sejam inquiridas a respeito das políticas ambientais antes de sua efetiva  
143 instalação. Wando então agradeceu as pontuações, solicitando em seguida que  
144 a vereadora reencaminhasse o projeto após sua finalização, além da relação de  
145 empresas interessadas e reiterando também a necessidade do  
146 compartilhamento de informações a respeito de novos empreendimentos em  
147 fase de estudos prévios com o conselho, passando a palavra à Filipa em  
148 seguida.

149 Filipa então agradeceu a todos, e sugeriu aguardar a manifestação da  
150 SMMAS sobre a viabilidade técnica e posteriormente marcar reunião com a  
151 Secretaria de Justiça, Modernização e Relações Institucionais para parecer  
152 jurídico, e que todos os que participara da construção do projeto assinassem  
153 simbolizando o coletivo. Sobre a demanda de trazer informações de novos  
154 empreendimentos ao conselho, Filipa respondeu que que a câmara tem as  
155 mesmas dificuldades do conselho com relação ao acesso destas informações,  
156 sugerindo articular junto à câmara um projeto de lei que tornasse obrigatório a  
157 emissão de parecer pelo COMDEMA juntamente com pareceres de outros entes  
158 da prefeitura que já são atualmente exigidos para o licenciamento dos mesmos.  
159 Por fim, Filipa também se colocou a disposição para encaminhar demandas do  
160 COMDEMA para o poder executivo através de requerimentos, os quais possuem  
161 prazo para serem respondidos.

162 Diante das colocações anteriores Wando então evocou o artigo 2, inciso  
163 2º da lei nº 8.969 de 2017, o qual estabelece que o COMDEMA seja consultado  
164 a respeito de novos projetos de expansão urbana, posteriormente conduzindo a  
165 reunião para a pauta.

166 Após receber a palavra Gelson iniciou sua fala se apresentando e  
167 explanando que o projeto teve início a partir do trabalho da vereadora Fabi  
168 Virgílio na fiscalização de TCRA's, esclarecendo em seguida que o município  
169 licencia empreendimentos de impacto local apenas, através de convênio com o  
170 CONSEMA e também expôs a atual problemática da escassez de áreas públicas  
171 passíveis de serem utilizadas para cumprimento de TCRA's designado a  
172 empresas, fator este servindo de justificativa para elaborar o projeto que expande  
173 as possibilidades de compensação ambiental por parte das empresas  
174 possibilitando que estas cumpram as exigências de futuros TCRA's de outras

175 formas que ainda sejam consideradas compensações ambientais sem a  
176 necessidade de novas áreas com plantios de árvores, quando possível. Gelson  
177 também explanou que a redação do projeto foi baseada na Resolução da  
178 Secretaria de Meio Ambiente do Estado nº 07 de 2017, a qual preconiza a  
179 compensação de plantio de 15 árvores para cada árvore isolada suprimida, no  
180 caso de Araraquara e também em leis já vigentes em outros municípios,  
181 encontrados no banco de boas ideias do PMVA, o qual também consta leis de  
182 PSA, completou. Assim sendo, Gelson finalizou sua fala esclarecendo que a  
183 construção do texto base apresentado no momento teve a contribuição de vários  
184 técnicos da SMMAS, e posteriormente foi submetido ao setor jurídico da  
185 prefeitura para devidas correções.

186 O presidente Wando então agradeceu pela apresentação e abriu a  
187 oportunidade para Natália, que iniciou parafraseando a definição da Secretaria  
188 de Infraestrutura e Meio Ambiente de que compensação ambiental é “um  
189 mecanismo financeiro que visa o contrabalanceamento de impactos negativos  
190 ambientais ocorridos previstos ou não dentro do processo de licenciamento  
191 ambiental” e em seguida pontuou que o projeto de lei deveria ser apreciado pelo  
192 Ministério Público em razão de beneficiar muito as consultorias ambientais. Em  
193 seguida, Natália alegou que apesar de o projeto ter a contribuição do legislativo  
194 e afins, haveria conflito de interesse uma vez que o convidado Gelson seria  
195 parente de primeiro grau do proprietário da empresa Dantas Ambiental,  
196 signatária de contratos com a cervejaria Estrella Galicia e praticamente todas as  
197 construtoras atuantes no município. Em seguida, Wando passou a palavra para  
198 que o convidado Gelson fizesse uma réplica, e este justificou que não está a  
199 trabalho da Dantas, em seguida inquirindo Natália sobre qual momento enquanto  
200 Coordenador Executivo de Gestão Ambiental influenciou qualquer serviço na  
201 SMMAS. Gelson então finalizou que foi chamado para a pasta que representa  
202 e que o projeto atende apenas o interesse público.

203 Neste momento, Natália tomou a palavra e discorreu que a compensação  
204 ambiental não deveria beneficiar o empreendedor, mas sim única e  
205 exclusivamente o meio ambiente, de acordo com o Plano Nacional de Meio  
206 Ambiente e outras legislações vigentes. Natália seguiu sua fala pontuando que  
207 as compensações ambientais devem se dar no mesmo bioma onde se verifica o  
208 impacto, além de mencionar o recente caso do candidato que desistiu do cargo  
209 da presidência da Petrobrás noticiado pela mídia. Dando continuidade, Natália  
210 alegou que justamente por ter trabalhado na SMMAS, possui um pouco de “know  
211 how” e comprovações pra dizer o que estava dizendo, e por fim reiterou a  
212 importância de convidar o Ministério Público para este debate visto que este ente  
213 possui cadeira nos Conselhos Federal e Estadual.

214 Novamente com a palavra, Wando complementou a fala da vice  
215 presidente Natália ressaltando que não haveria a intenção de acusar empresário  
216 “a” ou “b” de interesse no projeto, mas sim se há nenhum dispositivo que infrinja  
217 a legislação vigente, defendendo colher mais informações sobre o mesmo e  
218 ainda manifestou preocupação com a destinação do recurso financeiro caso a

219 compensação assim seja determinada. Wando continuou sua fala pontuando  
220 ainda não entender de que maneira haveria escassez de áreas para  
221 compensações em forma de plantio, uma vez que visualmente se verifica uma  
222 variedade de áreas necessitadas de recuperação, reiterando ainda que gostaria  
223 de obter acesso ao parecer jurídico emitido pela prefeitura com as respectivas  
224 adequações efetuadas no projeto e se necessário posteriormente solicitar ao  
225 promotor de justiça do município que aprecie também o projeto e dê sua  
226 contribuição ou até mesmo propor audiência pública, alegando que acredita ser  
227 um tema bem delicado.

228 Gelson então pediu para detalhar melhor sua explanação, ressaltando  
229 que a compensação referida no projeto seria sobre árvores nativas isoladas, e  
230 que em nenhum o momento o empreendedor deixaria de executar a  
231 compensação ambiental, mas apenas que esta poderia ser feita de diferentes  
232 formas na impossibilidade de plantio apenas, destacando em seguida as  
233 dificuldades do município em executar ações como cercamento e calçamento  
234 regularização de dissipadores de energia que poderiam ser entendidas como  
235 compensações em forma de obras e serviços, até mesmo serviços como um  
236 inventário arbóreo do município. O convidado ainda mencionou um trabalho  
237 realizado junto ao ministério público no qual se localizou áreas na bacia do  
238 Ribeirão das Cruzes passíveis de recuperação, e atualmente todas estas se  
239 encontram em recuperação, ressaltando que a dificuldade de indicar novas  
240 áreas para plantios de árvores se refere a áreas públicas, e que muitas das áreas  
241 que carecem de recuperação são particulares, onde já existe uma  
242 obrigatoriedade legal de se fazer estes plantios, mas foge da alçada do  
243 município. Ainda com a palavra, Gelson pontuou que o projeto ali apresentado  
244 se mostrava até mais restritivo que a atual resolução (SIMA 07/2017),  
245 completando ainda que o artigo onde se verifica o cálculo para valoração da  
246 recuperação a ser convertida teve a contribuição de um técnico da CETESB.  
247 Continuou explanando que a valoração que foi calculada para a conversão da  
248 compensação ambiental estaria acima do valor praticado no mercado, buscando  
249 desta forma que o empreendedor opte pela conversão apenas na  
250 impossibilidade de se realizar o plantio.

251 Após finalizada a fala do convidado, o presidente ressaltou a importância  
252 das últimas ponderações, em seguida reiterando a necessidade de se debruçar  
253 mais detalhadamente sobre a resolução 07/2017 da SIMA e também portarias  
254 da CETESB, além de solicitar parecer do Ministério Público.

255 Neste momento, Natália pediu a palavra para observar que o  
256 representante da CESTESB envolvido na elaboração do artigo de valoração da  
257 conversão é o mesmo nomeado para o conselho, e, no entanto, o mesmo não  
258 comparece às reuniões, sugerindo em seguida avaliar um novo horário para as  
259 reuniões ou a substituição do referido membro.

260 Wando então passa a palavra a Jader, que reitera a questão levantada  
261 por Natália sobre as ausências, especialmente com relação ao representante da  
262 CETESB, sugerindo registrar em ata os conselheiros ausentes, além dos

263 justificados e presentes. Também pontuou que a redação da presente ata  
264 deveria ser mais minuciosa, e a mesma encaminhada para o Ministério Público  
265 para orientar sua participação naquilo que é solicitado seu apoio. Jader deu  
266 segmento pontuando ainda que deveria estar presente a vereadora Fabi Virgílio,  
267 pois teve grande participação na fiscalização dos TCRA's, sugerindo em seguida  
268 que fosse convidada em uma próxima reunião para tratar deste mesmo assunto.  
269 Ressaltou também que de fato compartilha da mesma dúvida do presidente com  
270 relação à afirmação de escassez de áreas para novos plantios, e que monetizar  
271 a devida compensação vai fazer com que os empreendedores repassem os  
272 custos aos compradores dos imóveis e assim por diante. Para finalizar sua fala,  
273 Jader reiterou novamente a colocação de Natália sobre conflito de interesses no  
274 projeto, a importância de envolver o Ministério Público nesta discussão, nominar  
275 ausência dos colegas e também a falta de subsídios para avaliar o projeto.

276 Em seguida, Wando manifestou satisfação com a riqueza do debate  
277 ocorrido, salientando que cada membro tem uma especialidade e que esta  
278 diversidade enriquece muito, passando então a palavra ao conselheiro  
279 Clemerson, que alegou ter avaliado o projeto positivamente, representando uma  
280 ferramenta capaz de solucionar o engessamento inerente às burocracias do  
281 serviço público. O conselheiro pontuou ainda que os serviços previstos no projeto  
282 que não contemplam o plantio também são maneiras de se beneficiar o meio  
283 ambiente, abrindo possibilidades interessantes para ambos os lados envolvidos,  
284 e também que o projeto tem mecanismos claros sobre quais as benfeitorias  
285 passíveis de substituir a compensação convencional, evitando assim  
286 compensações insuficientes. Dando continuidade, Clemerson ressaltou que o  
287 projeto prevê que a conversão da compensação ambiental em valor pecuniário  
288 se dá apenas em último caso, quando esgotadas outras alternativas, e mesmo  
289 quando isto ocorre, o valor seria direcionado ao Fundo de Desenvolvimento  
290 Ambiental para ser deliberado quando à destinação oportunamente e finalizou  
291 sua fala fazendo duas observações, sendo a primeira com relação à supressão  
292 de espécies exóticas exigir autorização e também compensação, o que deveria  
293 ser melhor discutido pelo Conselho, pois tal dispositivo não havia na legislação  
294 anterior, e o segundo ponto seria não gerar ônus de compensação à população  
295 em geral que necessitasse remover uma espécie exótica de calçada, e que este  
296 ônus se restringisse aos empreendedores apenas.

297 Wando então se manifestou favorável aos apontamentos de Clemerson,  
298 especialmente quanto ao direcionamento dos valores arrecadados ao FDA, e  
299 sugeriu aos demais a deliberação de solicitar os anexos de pareceres prévios do  
300 projeto para a SMA, convidar o Ministério Público a se manifestar, e também a  
301 acionar a comissão de direito ambiental da OAB de Araraquara.

302 Neste momento conselheira Carol menciona que no conselho dos animais  
303 do qual faz parte são feitos estes tipos de encaminhamento respeitando os  
304 princípios da administração pública, e também pontua que o projeto se mostra  
305 realmente interessante, reiterando a fala dos colegas sobre a necessidade de

306 discutir as tratativas com relação à espécies exóticas, por fim parabenizando o  
307 convidado Gelson e a SMMAS.

308 Neste momento, Gelson pediu a palavra para responder os  
309 questionamentos do conselheiro Clemerson, explanando que a compensação  
310 por supressão de árvores exóticas se dá apenas em processos de licenciamento,  
311 não incluindo árvores em calçadas, e que até 10 árvores suprimidas não seria  
312 exigido compensação. Gelson ressaltou também que o projeto não inclui  
313 compensação para árvores da arborização urbana, sendo esta regida por outra  
314 legislação (Código de arborização urbana), e ainda que nem o representante da  
315 CETESB nem a vereadora Fabi estão envolvidos diretamente no projeto,  
316 completando ainda que já está previsto uma audiência pública com a referida  
317 vereadora para discutir o projeto antes mesmo de seguir para votação na  
318 Câmara dos vereadores. Por fim, explanou que já havia conversa informal com  
319 o Ministério Público por parte do Secretário de Meio Ambiente José Carlos  
320 Porsani, e que já estava previsto este intercâmbio com este ente do estado.

321 Wando então agradeceu a preocupação do convidado em buscar o  
322 Conselho para discutir e tecer suas considerações, pontuou que o projeto seria  
323 deliberando em um próximo momento, solicitou que os arquivos do referido  
324 processo fossem digitalizados e enviados ao e – mail do Conselho.

325 Neste momento, Natália pediu a palavra para manifestar os seguintes  
326 dizeres, e que estes fossem registrados na presente ata:

327 “Eu trabalho para o meio ambiente e não vou sucumbir a nenhum tipo de  
328 retaliação. Para que os outros conselheiros tenham ciência, sobre a reunião  
329 extraordinária que nós tivemos em Dezembro, eu sofri retaliação, eu não estou  
330 tirando isso da minha cabeça, eu tenho provas e por isso eu fui desligada da  
331 Secretaria e me mandaram de volta para o Daae. Então eu gostaria de dizer que  
332 eu vou apoiar a Secretaria, eu vou apoiar o governo municipal dentro daquilo  
333 que é apoiar o meio ambiente.

334 Eu estou na carreira, não dentro da área pública, mas na área de meio  
335 ambiente há 15 anos pelo menos e eu não vou sucumbir a mais nenhuma  
336 retaliação, ta bom? É só isso que eu gostaria de deixar claro”

337 O presidente então solicitou ao secretário Tiago que registrasse na  
338 presente ata a fala da vice presidente em todos os termos, de forma literal, e em  
339 seguida abriu para os conselheiros votarem sobre a dispensa ou não da leitura  
340 da ata anterior, momento em que nenhum deles se manifestou, sendo assim  
341 declarada automaticamente aprovada pelo presidente. Por fim, Wando se  
342 desculpou pela extensão da reunião e agradeceu a paciência de todos.

343 Não havendo mais pautas, a reunião foi encerrada às 20:37, sendo  
344 lavrada esta Ata que após aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes  
345 na reunião. Tiago Sant’ Ana de Oliveira, secretário, 30 de abril de 2022.

346

347



<b>Nome</b>	<b>Presente</b>	<b>Justificado</b>	<b>Ausente</b>	<b>Assinatura</b>
Adilson André Portrunelli (Corpo de Bombeiros)			<b>X</b>	
Álvaro Stringhetti Ferreira (UNIP)			<b>X</b>	
Ana Carolina Buzzo Marcondelli / Flávia Cristina Sossae (UNIARA)	<b>X</b>			
André Trevizoli Martins (CETESB)			<b>X</b>	
Bruna Logatti (Logatti)	<b>X</b>			
Carolina de Mattos Galvão (Coordenadoria de Bem Estar Animal)	<b>X</b>			
Cláudia Guzzi (Associação dos Contabilistas de Araraquara)			<b>X</b>	
Cleovaldo Luiz Dell Acqua Júnior (Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública)	<b>X</b>			
Danilo Henrique Borsari (Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo)			<b>X</b>	
Edvaldo Alves Trindade (Secretaria Municipal de Saúde)			<b>X</b>	
Enedina Ferreira de Andrade (Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo)			<b>X</b>	
Fábio Eduardo Scalize (Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos)		<b>X</b>		
Marcelo Ferreira Batista / Fábio José Justo dos Santos (IFSP)	<b>X</b>			
Guilherme Peixoto (UNESP)			<b>X</b>	
Jackson Lemos Júnior (Associação Araraquarense de Engenharia, Arquitetura e Agronomia)			<b>X</b>	
Jader José Oliveira (Plenária da Cidade do Orçamento Participativo)	<b>X</b>			

Jane Alexandra Pereira (Cooperativa Acácia)			<b>X</b>	
João Henrique Barbosa (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade)	<b>X</b>			
João Reginaldo Inácio (ONG Paz e Bem)	<b>X</b>			
José Carlos Porsani (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade)		<b>X</b>		
José Janone Júnior (Associação Comercial e Industrial de Araraquara)			<b>X</b>	
Clemerson Luiz Pereira de Araujo (Daae)	<b>X</b>			
Maria José Amadeu Costa (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano)			<b>X</b>	
Michele Delgatti Pelaes (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo)	<b>X</b>			
Natália Rocha Imbriani (Plenária da Cidade do Orçamento Participativo)	<b>X</b>			
Rodrigo Antonio dos Santos (Polícia Militar Ambiental)			<b>X</b>	
Rodrigo César Martins (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Participação Popular)			<b>X</b>	
Rosa Heleno Pinheiro Borghi (Secretaria Municipal de Educação)		<b>X</b>		
Tiago Sant' Ana de Oliveira (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade)	<b>X</b>			
Wando de Oliveira Santos (Ordem dos Advogados do Brasil)	<b>X</b>			